

**Eliane Cantanhêde**

E-mail: eliane.cantanhede@estadao.com; Twitter: @ecantanhede

O refresco durou pouco

Tudo muito bem, tudo muito bom, mas... A articulação política e as relações entre os Poderes pareciam ter avançado ao longo da semana, mas sofreram um freio brusco que embola todos os problemas e desacertos: o pedido do governo e o julgamento do Supremo contra a desoneração da folha de pagamento de empresas e municípios. O Congresso prorrogou a desoneração, o presidente Lula vetou, o Congresso derrubou o veto de Lula e o Supremo agora entra para arbitrar o jogo.

Logo, esse julgamento é uma síntese da guerra entre Executivo, Legislativo e Judiciário, que

andam em círculos de faca nos dentes, um perseguindo o outro incessantemente, e envolve uma questão central, economia e equilíbrio fiscal, e uma periferia, as decisões monocráticas do Supremo. Foi do ministro Cristiano Zanin, nomeado por Lula, a liminar, ou canetada, que suspendeu a decisão do Congresso, que suspendeu a decisão de Lula, que suspendeu a decisão do Congresso.

O Supremo julga a canetada de Zanin no plenário virtual, com três ministros em Londres para um seminário, e a votação caminha a favor do governo – e contra o Congresso, a desoneração, os municípios e

os 17 setores da economia que mais empregam e, por isso, pagam menos impostos pela folha de funcionários. Com quatro votos acompanhando Zanin, de Flávio Dino, Gilmar

A ciranda continua: governo, Congresso e Supremo correndo um contra o outro

Mendes, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin, o Senado entrou com recurso, o ministro Luiz Fux suspendeu a votação e a conclusão ficou no ar.

São cinco a zero e só falta

um para vitória do governo e derrota do Senado. Detalhe: o pedido de vista de Fux mantém a liminar de Zanin e a volta da cobrança de impostos de empresas e municípios. Durma-se com um barulho desses. Num dia, empresas e prefeituras vão dormir com a decisão de continuar não pagando impostos pela folha e, no outro, acordam com a reviravolta em contrário.

O clima em Brasília parecia ter tido um refresco depois da conversa entre Lula e o presidente da Câmara, Arthur Lira, e do envio da primeira proposta de regulamentação da reforma tributária. O refresco durou pouco e, com a tensão, as

pressões, o feriadão (de semana inteira) e as festas juninas (que esvaziaram o Congresso), fica difícil aprovar qualquer coisa até julho.

Os governadores já estão botando as mangueiras de fora para a segunda regulamentação, sobre o comitê gestor e os recursos da reforma, em torno de R\$ 800 milhões a R\$ 1 trilhão. “Os Estados não podem perder autonomia, nem ficar de pires na mão para receber mesada do governo federal”, avisou Ronaldo Caiado, de Goiás, em conversa com a coluna. Guerra é guerra. ●

COMENTARISTA DA RÁDIO ELDOBRADO, DA RÁDIO JORNAL (PE) E DO TELEJORNAL GLOBONWS EM PAUTA

SE6. Carlos Pereira e Diego Schepel (quizenalmente) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quizenalmente) • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Leniência

AGU pede mais prazo para renegociar acordos

Advocacia-Geral da União afirma que ainda não chegou a uma ‘resolução consensual’ com empresas devedoras

LAVÍNIA KAUCZ
BRASÍLIA

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), a prorrogação por 60 dias do prazo para autoridades e empresas chegarem a um consenso na renegociação dos acordos de leniência firmados no âmbito da Operação Lava Jato.

Supremo
Mendonça é relator de ação proposta por PCdoB, PSOL e Solidariedade que questiona acordos firmados

“Apesar da intensa negociação promovida pela Controladoria-Geral da União e por esta Advocacia-Geral da União, com as empresas interessadas, bem como da disposição demonstrada pelas referidas pessoas jurídicas, não foi possível, no prazo de 60 dias, obter uma resolução consensual”, diz a AGU na petição.

AUDIÊNCIA. O prazo inicial de 60 dias foi determinado em audiência pública realizada em fevereiro com representantes da Procuradoria-Geral da República, da AGU, da CGU e de empresas que fecharam acordos.

As empresas que participam das tratativas são a J&F, Novonor, Camargo Corrêa, UTC, Nova Engevix, Petrobras e Braskem. Já houve outras tentativas de repactuação, sem sucesso. Segundo a CGU, elas ainda devem R\$ 11,7 bilhões à União.

Na ocasião, o ministro do Supremo determinou que, no prazo estabelecido para a revisão dos acordos, não poderá ser aplicada qualquer sanção às companhias em caso de “eventual mora” – um atraso no pagamento das multas pactuadas.

Mendonça ressaltou ainda a importância dos acordos de leniência como “instrumento de combate à corrupção” e ponderou que a conciliação não servirá para que seja feito um “revisonismo histórico”.

O magistrado é o relator de uma ação proposta pelo PCdoB, PSOL e Solidariedade que questiona os pactos firmados antes da formalização do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), em 2020, que sistematiza regras para o procedimento.

As legendas ainda apontam um “estado de coisas inconstitucional” na Lava Jato e alegam uma suposta atuação abusiva do Ministério Público Federal (MPF) nas negociações.

Em paralelo, o ministro do Supremo Dias Toffoli suspendeu multa bilionária do grupo J&F. Dois meses depois, em fevereiro de 2024, repetiu a decisão por solicitação da Novonor, antiga Odebrecht. ●

APRESENTANDO

**Sem abaixar.
Sem encostar.
Sem pegadinha.**

**SKECHERS
HANDS FREE
Slip-ins**

É SÓ CALÇAR E SAIR

Apresentamos o novo Skechers Hands Free Slip-Ins*. Calçar os seus sapatos nunca foi tão fácil. Sem abaixar. Sem puxar. Sem dificuldades.

O design único Heel Pillow™ mantém seus pés seguramente no lugar!

DISPONÍVEL PARA HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS
THE COMFORT TECHNOLOGY COMPANY™

PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER
PREFABRICAÇÃO COM. 11 004 275 0004
© 2024 SKECHERS. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

pressreader